

BPAG - Brazilian
Premium Auto
Group S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 3323-6650, Fax 55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.
São Paulo - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto mencionado na “base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota explicativa nº 21, a Companhia não cumpriu em 31 de dezembro de 2015 com determinadas cláusulas contratuais (índices financeiros - *Covenants*) do contrato de debêntures e não obteve o *waiver* desse agente fiduciário dentro do exercício social, fato este que acarretaria no vencimento antecipado das obrigações no montante de R\$ 14.238 mil que estavam classificados no passivo não circulante. A Administração entendia, naquela data, ser improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, motivo pelo qual decidiu manter os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante, no montante de R\$ 14.238 mil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2015, o



passivo circulante está diminuído e o passivo não circulante aumentado neste mesmo montante citado. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 24 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'F. Liani', written over the text of the auditor's name and registration number.

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	3.244	3.704	57	180
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	12	22.941	32.938	4.068	-
Estoques	13	76.738	85.948	-	-
Adiantamentos a fornecedor		4.899	860	-	-
Impostos a recuperar		575	640	-	-
Outros ativos	14	847	10.370	-	-
Total do ativo circulante		109.244	134.460	4.125	180
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativos fiscais diferidos	15	4.855	4.762	-	-
Depósitos judiciais e outros		564	414	-	-
Total do realizável a longo prazo		5.419	5.176	-	-
Investimentos	16	2.066	-	-	13.269
Imobilizado	17	62.994	72.750	-	-
Intangível	18	36.757	36.805	-	-
		101.817	109.555	-	13.269
Total do ativo não circulante		107.236	114.731	-	13.269
Total do ativo		216.480	249.191	4.125	13.449

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Fornecedores	19	78.708	94.317	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	55.966	41.203	-	-
Debêntures	21	6.974	12.204	-	-
Adiantamentos de clientes	23	16.599	8.072	-	-
Salários, encargos sociais e tributos a recolher	24	7.723	7.354	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher		120	162	-	-
Outras contas a pagar		4.815	6.663	4.524	4.526
Total do passivo circulante		170.905	169.975	4.524	4.526
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	40.590	43.504	-	-
Debêntures	21	8.136	14.238	-	-
Provisão para perdas	16	-	-	2.999	-
Provisão para contingências	25	652	652	-	-
Total do passivo não circulante		49.378	58.394	2.999	-
Patrimônio líquido					
Capital social	26	38.797	38.797	38.797	38.797
Prejuízos acumulados		(42.195)	(29.874)	(42.195)	(29.874)
Atribuível aos controladores		(3.398)	8.923	(3.398)	8.923
Participação de não controladores		(405)	11.899	-	-
Total do patrimônio líquido		(3.803)	20.822	(3.398)	8.923
Total do passivo		220.283	228.369	7.523	4.526
Total do passivo e patrimônio líquido		216.480	249.191	4.125	13.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	27	732.604	693.010	-	-
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	28	<u>(626.280)</u>	<u>(611.353)</u>	-	-
Lucro bruto		<u>106.324</u>	<u>81.657</u>	-	-
Receitas(despesas) operacionais					
Despesas comerciais	29	(39.450)	(39.057)	-	-
Despesas gerais e administrativas	30	(53.297)	(44.360)	(38)	(32)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	31	<u>(1.216)</u>	<u>5.894</u>	<u>400</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		12.361	4.134	362	(32)
Despesas financeiras	31	(33.884)	(22.634)	-	-
Receitas financeiras	31	<u>1.140</u>	<u>487</u>	<u>16</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	32	<u>(32.744)</u>	<u>(22.147)</u>	<u>16</u>	<u>-</u>
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial	16	<u>1.503</u>	<u>-</u>	<u>(11.496)</u>	<u>(10.117)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(18.880)</u>	<u>(18.013)</u>	<u>(11.118)</u>	<u>(10.149)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(2.040)	(705)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	<u>93</u>	<u>747</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(20.827)</u>	<u>(17.971)</u>	<u>(11.118)</u>	<u>(10.149)</u>
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		(11.118)	(10.149)	-	-
Acionistas não controladores		<u>(9.709)</u>	<u>(7.822)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(20.827)</u>	<u>(17.971)</u>	<u>(11.118)</u>	<u>(10.149)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
Resultado do exercício	<u>(20.827)</u>	<u>(17.971)</u>	<u>(11.118)</u>	<u>(10.149)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(20.827)</u></u>	<u><u>(17.971)</u></u>	<u><u>(11.118)</u></u>	<u><u>(10.149)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Nota	Atribuível aos acionistas controladores			Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados			
Saldos em 1º de dezembro de 2015	35.797	3.000	(19.565)	19.232	13.103	32.335
Aumento de capital social	3.000	(3.000)	-	-	1.400	1.400
Transações entre acionistas	-	-	(160)	(160)	5.218	5.058
Resultado do exercício	-	-	(10.149)	(10.149)	(7.822)	(17.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	38.797	-	(29.874)	8.923	11.899	20.822
Aumento de capital social	-	-	-	-	2.071	2.071
Transações entre acionistas	-	-	(1.203)	(1.203)	(3.821)	(5.024)
Lucros distribuídos	-	-	-	-	(845)	(845)
Resultado do exercício	-	-	(11.118)	(11.118)	(9.709)	(20.827)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	38.797	-	(42.195)	(3.398)	(405)	(3.803)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(20.827)	(17.971)	(11.118)	(10.149)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	14.734	12.404	-	-
Resultado na venda de ativo imobilizado	9.615	5.873	-	-
Resultado na venda de ativo intangível	-	448	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.503)	-	11.496	10.117
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	26.735	16.452	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	400	-	-
Provisão para perda no valor recuperável dos estoques	-	1.500	-	-
Provisão para perda investimento controlada	-	-	2.999	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(93)	(747)	-	-
Custo de transações das debêntures	275	296	-	-
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	9.997	4.685	(4.068)	-
Redução em estoques	9.210	878	-	-
Redução em adiantamentos a fornecedor	(4.039)	336	-	-
(Aumento) redução em impostos a recuperar	65	(47)	-	-
Redução (aumento) em outros ativos circulantes	9.523	112	-	-
Redução em depósitos judiciais	(150)	2.356	-	-
Aumento (redução) em fornecedores	(15.609)	3.055	-	-
(Redução) em adiantamentos de clientes	8.527	(248)	-	-
(Redução) em salários, encargos sociais e tributos a recolher	2.487	(455)	-	-
Aumento (redução) em outras contas a pagar	(1.848)	6.663	(2)	1
Juros pagos de financiamentos	(26.735)	(16.455)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.160)	(543)	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	18.204	18.992	(693)	(31)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Caixa proveniente de transações entre acionistas	(5.024)	5.058	(1.203)	-
Aquisição de imobilizado	(13.937)	(17.347)	-	-
Caixa proveniente de alienação de imobilizado	-	-	-	-
Aquisição de intangível	(609)	(584)	-	-
Aquisição de investimentos	(2.335)	-	-	-
Alienação de investimentos	1.773	-	1.773	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimentos	(20.132)	(12.873)	570	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	37.781	85.761	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures	(51.039)	(89.750)	-	-
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	13.500	(5.084)	-	-
Lucros distribuídos	(845)	-	-	-
Aumento de capital social - não controladores	2.071	1.400	-	-
Caixa proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	1.468	(7.673)	-	-
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(460)	(1.554)	(123)	(31)
Caixa e equivalentes de caixa em 1 ° de janeiro	3.704	5.258	180	211
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.244	3.704	57	180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A., localizada na Rua Funchal, nº 418, conjunto 3.101, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Suas controladas diretas, BCLV Comércio de Veículos S.A., BVGE Comércio de Veículos Ltda, BVHD locação de Veículos e serviços Ltda e VBCP Comércio de Veículos Ltda compreendem uma rede de concessionárias especializadas em veículos Premium, que têm como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

A BCLV Comércio de Veículos S.A., localizada na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, 1.600, Jardim Botânico, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE, compreende uma rede de concessionárias especializadas em veículos *premium*. A Companhia tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

BVGE Comércio de Veículos Ltda.

A BVGE Comércio de Veículos Ltda., localizada na Avenida Portugal, 2.537, Jardim São Luiz, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE SEMINOVOS, compreende uma rede de concessionárias especializadas em veículos *premium*. A sociedade tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de artigos do vestuário e souvenirs; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; atividades de correspondente bancário; armazenamento de veículos e intermediação de venda de veículos.

Em 22 de novembro de 2016, a Companhia assinou contrato de venda de suas quotas na investida BVGE Comércio de Veículos Ltda para sua controlada BCLV Comércio de Veículos SA.

Durante o exercício de 2016, o Grupo apresentou prejuízo de R\$ 20.827 e em 31 de dezembro de 2016 o passivo circulante excede o ativo circulante em montante de R\$ 61.661. Como forma de readequar o perfil da dívida, a administração está em renegociação dos saldos de empréstimos e financiamentos buscando o alongamento desses passivos junto aos principais

bancos credores cujo endividamento encontra-se classificado no passivo circulante e não circulante, de forma a ajustar seu fluxo de caixa financeiro. Dentre as principais ações tomadas, destacam-se as seguintes:

- Contratação de consultor especializado na condução de processo de negociação junto a instituições financeiras de primeira linha, com o objetivo de buscar crédito suficiente para liquidar toda dívida e permanecer com único financiamento com carência de até dois anos;
- Alongamento do prazo de vencimento das debêntures em 12 meses, alterando vencimento final de 2018 para 2019;
- Consolidação do valor total da dívida consubstanciada nos contratos de empréstimos havidos entre a Companhia e parte relacionada, no montante de R\$ 32.016, prorrogando prazo de vencimento.

A Companhia já obteve êxito nas duas últimas negociações supracitadas.

A Administração entende que essas ações produzirão impactos positivos nos resultados futuros e na posição financeira do Grupo, garantindo-lhes plenas condições de continuar suas operações de forma crescente.

2 Entidades do grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. e as seguintes controladas:

Controlada	País	Controle	Participação 2016	Participação 2015
BCLV Comércio de Veículos S.A.	Brasil	Direto	50,00001%	50,00001%
BVGE Comércio de Veículos Ltda. - Até novembro/16	Brasil	Direto	60,00000%	60,00000%
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Indireto	60,61000%	57,69000%
BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda.	Brasil	Indireto	80,00000%	70,00000%
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Indireto	51,00000%	-

Em dezembro de 2016, a Companhia vendeu sua participação total na investida BVGE Comércio de Veículos Ltda para o acionista majoritário e para a controlada BCLV Comércio de Veículos SA.

3 Incorporação de empresa

Em 30 de outubro de 2015 a empresa BVAC Comércio de Veículos Ltda, controlada da Companhia, foi incorporada pela controlada BCLV Comércio de Veículos S.A. devido as atividades exercidas serem complementares entre si. A Administração entende que o contexto de reorganização societária do grupo seria o melhor caminho para permitir o pleno desenvolvimento do plano de negócios de ambas e o incremento de valor para os acionistas, tendo em vista as sinergias administrativas e operacionais que podem ser obtidas, o oferecimento de melhores serviços, compartilhamento de práticas empresariais, visando à redução de riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, bem como a redução de custos financeiros, a otimização de recursos humanos e financeiros e a expansão das atividades desenvolvidas por ambas que tal operação proporcionará.

Caixa e equivalentes de caixa	16
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	11.668
Estoques	28.145
Adiantamentos a fornecedor	39
Impostos a recuperar	96
Outros ativos	4.412
Ativos fiscais diferidos	153
Depósitos judiciais e outros	124
Investimentos	902
Imobilizado	19.979
Intangível	22.712
Fornecedores	(24.267)
Empréstimos e financiamentos	(44.239)
Adiantamentos de clientes	(1.972)
Salários, encargos sociais e tributos a recolher	(2.331)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(110)
Lucros a pagar	(295)
Total dos ativos identificáveis, líquido	15.032

Na incorporação foi eliminado o mútuo entre a Companhia e a incorporada no montante de R\$ 6.788, registrado em “Empréstimos e financiamentos” na BVAC Comércio de Veículos Ltda. e em “Outros ativos” na Companhia

4 Base de consolidação

a. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. Os saldos contábeis de controladas são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações financeiras intermediárias incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas informações financeiras intermediárias individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

e. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BRGAAP), e segue os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2017. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas nas notas explicativas 9.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

6 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

7 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 4 (a)** - Consolidação - Determinação se o Grupo detem de fato o controle sob uma investida; e
- **Nota explicativa nº 34**- Compromissos com contratos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 15** - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota explicativa nº 16** - Investimentos;
- **Nota explicativa nº 17**-Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 18**-Intangível; e
- **Nota explicativa nº 25** - Provisões para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº32 - Instrumentos Financeiros.**

8 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

9 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias (veículos novos e usados, peças, acessórios e agregados) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.

(ii) **Bônus**

O bônus recebido pelas suas controladas das montadoras de automóveis é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

(iii) **Serviços**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- rendimentos sobre aplicações financeiras;
- juros e multas recebidos;
- despesas bancárias;
- juros sobre financiamentos e debêntures;
- impostos sobre operações financeiras;
- descontos concedidos; e
- descontos obtidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

(i) **Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(ii) **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	60 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

(i) Software

As licenças de programas de computador (“*softwares*”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de 5 anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(ii) Fundo de comércio

O fundo de comércio é composto de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pelas suas controladas os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio.

O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Companhia do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* do fundo de comércio.

(iii) Direitos de concessão

Os direitos de concessão possuídos pela suas controladas são direitos de comercializar certas marcas de automóveis *premium* em uma certa localização.

Os direitos de concessão são renovados por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra companhia.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* dos direitos de concessão.

h. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis

A Companhia e suas controladas classificam passivo financeiro não derivativos na seguinte categoria: outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa nº 26.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido

identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em unidades geradoras de caixa (UCG's), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia e suas controladas separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia concluir, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) *Ativos arrendados*

Os arrendamentos, em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos referentes aos arrendamentos operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas, sendo reconhecidos como despesa à medida que os pagamentos das prestações contratuais são efetuados.

(iii) *Pagamento de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26/ IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Até agora, o Grupo não espera qualquer impacto significativo.

Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (Alterações ao CPC 32/ IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Até agora, o Grupo não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Até agora, o Grupo não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras do Grupo em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que o Grupo detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que o Grupo fará no futuro. A nova norma exigirá que o Grupo revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 16 Leases(Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

11 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e saldo bancário	3.244	3.704	57	180
	3.244	3.704	57	180

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº32.

12 Contas a receber de cliente e outros recebíveis

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Duplicatas a receber	16.997	20.900	-	-
Duplicatas a receber partes relacionadas (nota explicativa nº22)	104	65	-	-
Cartões a receber	1.278	7.942	-	-
Outros créditos	3.206	-	-	-
Outros créditos partes relacionadas (nota explicativa nº22)	1.356	4.031	4.068	-
	22.941	32.938	4.068	-

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

O saldo de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*) registrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.023 (idêntico em 2015).

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 32.

13 Estoques - consolidado

	Consolidado	
	2016	2015
Veículos novos	53.777	62.841
Veículos usados	9.589	4.318
Motos novas	1.462	3.009
Motos usadas	270	440
Peças e acessórios	11.162	14.981
Outros	478	359
Total	<u>76.738</u>	<u>85.948</u>

A despesa com a constituição da provisão para perda de estoque foi registrada na rubrica “Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados” na demonstração do resultado no montante de R\$ 1.500, em 31 de dezembro de 2015.

14 Outros ativos - consolidado

	Consolidado	
	2016	2015
Adiantamentos diversos	628	931
Contas a receber por empréstimos - Nota explicativa nº 22	-	5.084
Despesas antecipadas	219	384
Outras contas a receber (i)	-	3.971
	<u>847</u>	<u>10.370</u>

- (i) Em 01 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato de venda das filiais BMW, Jaguar e Land Rover localizadas na cidade de São José do Rio Preto, pelo montante de R\$ 9.990, sendo recebido um sinal na assinatura do contrato e o restante parcelado em sete vezes. Pelo contrato, a Companhia vendeu para a compradora: máquinas/equipamentos, móveis/utensílios, ferramentas, estoque de peças e acessórios para veículos da marca BMW e Jaguar/Land Rover, instalações e benfeitorias realizadas nas filiais.

15 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Resultado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social				
Provisão para contingências	222	222	-	-
Provisão para valor não realizável nos estoques	695	695	-	510
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	348	348	-	136
Prejuízo fiscal a compensar	3.716	3.716	-	-
Custo de transação	(126)	(219)	93	101
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>4.855</u>	<u>4.762</u>	<u>93</u>	<u>747</u>

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos prejuízos acumulados no montante de R\$ 23.142 (R\$ 13.705 em 2015) na sua controlada BCLV Comércio de Veículos SA, pois a administração considera que não é provável que lucros tributáveis futuros venham estar disponíveis. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Conciliação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	<u>Consolidado</u>	
	2016	2015
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do exercício antes dos impostos	(18.880)	(18.013)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	6.419	6.124
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(9.437)	(6.090)
Compensação com prejuízo fiscal	-	(9)
Despesas não dedutíveis	1.287	147
Outras	(216)	(130)
Imposto corrente	(2.040)	(705)
Imposto diferido	<u>93</u>	<u>747</u>
Alíquota efetiva	10%	0%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

16 Investimentos

A Companhia registrou uma perda de R\$ 11.496 em 2016 (R\$ 10.117 em 2015) de equivalência patrimonial de suas controladas.

Nenhuma das controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Em 2016, o saldo zerado em investimentos deve-se à venda da participação na investida BVGE Comércio de Veículos Ltda para a controlada BCLV Comércio de Veículos SA e para o acionista majoritário da Companhia. Além disso, o fato do patrimônio líquido da BCLV Comércio de Veículos SA estar com saldo negativo gerou uma provisão de perda no passivo não-circulante, no montante de R\$ 2.999.

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
BCLV Comércio de Veículos S.A.	-	-	-	9.431
BVGE Comércio de Veículos Ltda. (ii)	<u>2.066</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.838</u>
	<u>2.066</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.269</u>

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Participação	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo Líquido Total	Outros (i a ii)	Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial
31 de dezembro de 2016														
BCLV Comércio de Veículos S.A.	50,000001%	95.094	98.471	193.565	160.960	39.826	200.786	(7.221)	1.222	(2.999)	601.642	(627.504)	(25.862)	(12.931)
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	60,000000%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.208	(66.817)	2.391	1.435
		<u>95.094</u>	<u>98.471</u>	<u>193.565</u>	<u>160.960</u>	<u>39.826</u>	<u>200.786</u>	<u>(7.221)</u>	<u>1.222</u>	<u>(2.999)</u>	<u>670.850</u>	<u>(694.321)</u>	<u>(23.471)</u>	<u>(11.496)</u>

	Participação	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo Líquido Total	Outros (i a ii)	Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial
31 de dezembro de 2015														
BCLV Comércio de Veículos S.A.	50,000001%	123.906	110.777	234.683	160.602	55.218	215.820	18.863	-	9.431	648.049	(666.920)	(18.871)	(10.971)
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	60,000000%	8.909	9	8.918	3.522	-	3.522	5.396	1.000	3.838	49.761	(48.337)	1.424	854
		<u>132.815</u>	<u>110.786</u>	<u>243.601</u>	<u>164.124</u>	<u>55.218</u>	<u>219.342</u>	<u>24.259</u>	<u>(4.245)</u>	<u>13.269</u>	<u>697.810</u>	<u>(715.257)</u>	<u>(17.447)</u>	<u>(10.117)</u>

- (i) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela BPAG -Brazilian Premium Auto Group S.A. em sua controlada no valor total de R\$ 500 e ágio gerado na compra de quotas das investidas BVGE Comércio de Veículos Ltda e VBCP Comércio de Veículos Ltda, no montante de R\$ 722.
- (ii) Aumento capital social por sócios não controladores no valor de R\$ 1.000.

17 Imobilizado-consolidado

	Consolidado								
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2015	7.800	20.184	11.478	25.887	8.883	2.447	28.572	111	105.362
Adições	-	2.184	466	8.349	-	138	6.210	-	17.347
Baixas	-	(2703)	(1.064)	(2.878)	-	(418)	(3.640)	(111)	(10.814)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.800	19.665	10.880	31.358	8.883	2.167	31.142	-	111.895
Adições	-	1.106	441	11.010	-	336	950	94	13.937
Baixas	(3.960)	(1.267)	(400)	(4.114)	(1.500)	(12)	(1.726)	-	(12.979)
Perda de controle	-	(2)	(1)	-	-	-	(5)	-	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.840	19.502	10.920	38.254	7.383	2.491	30.361	94	112.845
Depreciação									
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(374)	(9.212)	(3.437)	(6.211)	-	(676)	(12.276)	-	(32.186)
Adições	(97)	(1.839)	(888)	(4.120)	-	(214)	(4.742)	-	(11.900)
Baixas	-	1.382	297	1.026	-	183	2.053	-	4.941
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(471)	(9.669)	(4.028)	(9.305)	-	(707)	(14.965)	-	(39.145)
Adições	(31)	(1.998)	(1.045)	(5.652)	-	(220)	(5.126)	-	(14.072)
Baixas	121	760	161	1.570	-	5	748	-	3.365
Perda de controle	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(381)	(10.907)	(4.912)	(13.387)	-	(922)	(19.342)	-	(49.851)
Valor líquido contábil									
Em 31 de dezembro de 2015	7.329	9.996	6.852	22.053	8.883	1.460	16.177	-	72.750
Em 31 de dezembro de 2016	3.459	8.595	6.008	24.867	7.383	1.569	11.019	94	62.994

Em 07 de janeiro de 2016, a BCLV Comércio de Veículos SA vendeu para a parte relacionada Vismob Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. o imóvel situado no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais no montante de R\$ 7.500.

l. Garantia

Bens do ativo imobilizado foram concedidos em garantia de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 4.141 (R\$ 4.243 em 2015).

m. Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e suas controladas utilizaram o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de tais ativos, efetuado em 31 de dezembro de 2015, para teste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2016. Concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

18 Intangível- consolidado

	Software	Fundo de comércio	Direitos de concessão	Marcas e patentes	Total
<i>Custo</i>					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.569	852	35.859	248	38.528
Adições	560	-	-	24	584
Baixas	(48)	-	(450)	-	(498)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.081	852	35.409	272	38.614
Adições	572	-	-	37	609
Baixas	-	-	-	-	-
Perda de controle	(3)	-	-	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.650</u>	<u>852</u>	<u>35.409</u>	<u>309</u>	<u>39.220</u>
<i>Amortização</i>					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(1.355)	-	-	-	(1.355)
Adições	(504)	-	-	-	(504)
Baixas	50	-	-	-	50
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.809)	-	-	-	(1.809)
Adições	(654)	-	-	-	(654)
Baixas	-	-	-	-	-
Perda de controle	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.462)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.462)</u>
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2015	272	852	35.409	272	36.805
Em 31 de dezembro de 2016	187	852	35.409	309	36.757

a. Análise do valor de recuperação

Anualmente, a Companhia e suas controladas determinam os valores recuperáveis dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, relacionados aos saldos de fundo de comércio e direito de concessão, com base em seu valor de uso. A Companhia e suas controladas utilizaram o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de tais ativos, em 31 de dezembro de 2015, para teste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2016. Concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável foram a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e margem EBIT.

b. Direitos de concessão

Os valores registrados no ativo intangível, como direitos de concessão referem se exclusivamente a concessões adquiridas de outros concessionários, que por sua vez possuem prazo indeterminado.

Os valores determinados para as premissas chave representou a avaliação da Administração às tendências futuras no comércio de veículos premium e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada dos testes de recuperação calculados:

	Consolidado	
	Taxa média ponderada (em percentual)	
	2016	2015
Taxa de desconto	8,84%	7,14%
Taxa de crescimento (perpetuidade)	0%	0%
Margem EBIT (média ponderada para os próximos cinco anos)	0,84%	2%

19 Fornecedores - consolidado

	Consolidado	
	2016	2015
Fornecedores de veículos	70.667	85.528
Fornecedores de veículos partes relacionadas - Nota explicativa nº 22	-	1
Fornecedores de peças	6.539	6.612
Fornecedores de peças e serviços partes relacionadas - Nota explicativa nº 22	18	-
Fornecedores diversos	1.484	2.176
	78.708	94.317

As controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A exposição das controladas a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores estão divulgadas na nota explicativa nº 32.

20 Empréstimos e financiamentos - consolidado

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição de suas controladas a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa 32.

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	2016	2015
Capital de giro	R\$	CDI	19,64% a.a.	2017	14.958	29.520
Capital de giro	R\$	-	19,81% a.a.	2017- 2018	2.276	4.127
Conta garantida	R\$	CDI	23,68% a.a.	2017	3.920	4.011
Conta garantida	R\$	-	19,42% a.a.	2017	6.828	6.268
Financiamento imobiliário	R\$	-	13,50% a.a.	2021	2.081	2.571
Leasing	R\$	-	16,30% a.a.	2017 - 2019	8.607	8.983
Finame	R\$	-	2,50% a.a.	2019	3.554	4.772
Cédula de Crédito Bancário	R\$	-	21,19% a.a.	2017 - 2020	17.816	2.438
Empréstimos entre partes relacionadas - Nota explicativa nº21	R\$	-	18,86% a.a.	2017	3.000	-
Empréstimos entre partes relacionadas - Nota explicativa nº21	R\$	CDI	14,81% a.a.	2017 - 2018	<u>33.516</u>	<u>22.017</u>
					<u>96.556</u>	<u>84.707</u>
Circulante					<u>(55.966)</u>	<u>(41.203)</u>
Não circulante					<u>40.590</u>	<u>43.504</u>

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2016, o cronograma de amortização da dívida era o seguinte:

Exercício	2016	2015
2016	-	41.203
2017	55.966	35.128
2018	34.564	6.157
2019	4.933	1.607
2020 a 2021	<u>1.093</u>	<u>612</u>
	<u>96.556</u>	<u>84.707</u>

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos pelas suas controladas são concedidos como garantias aval do controlador e imóveis.

21 Debêntures - consolidado

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	<u>Consolidado e Controladora</u>	
					2016	2015
Debêntures	R\$	CDI	16,30% a.a.	2019	<u>15.110</u>	<u>26.442</u>
Circulante					<u>(6.974)</u>	<u>(12.204)</u>
Não circulante					<u>8.136</u>	<u>14.238</u>

Em 05 de fevereiro de 2013, a controlada BCLV Comércio de Veículos S.A. realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 50.000. Foram emitidas 50 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2014 e último vencimento em 15 de fevereiro de 2018. As Debêntures serão atualizadas com base na variação acumulada do CDI acrescido da taxa percentual equivalente a 2,67% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagável mensalmente, iniciando a partir de 15 de março de 2013 até 15 de fevereiro de 2019. O vencimento final das Debêntures foi prorrogado de 2018 para 2019, conforme ata de 07 de outubro de 2016.

Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

De acordo com os termos do contrato essas debêntures serão pagas em parcelas anuais nos próximos 3 anos. Contudo, o contrato contém *covenants* que estabelecem ao final de cada exercício social a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculadas com base nas demonstrações financeiras anuais seja igual ou inferior a 2,0 a partir do exercício de 2014 até a data do vencimento.

Em dezembro de 2015, a Companhia não atingiu os índices financeiros das cláusulas contratuais da debênture e o montante R\$ 14.238 registrado no passivo não circulante deveria então ser classificado no passivo circulante. Em 07 de outubro de 2016, foi concedida a liberação do cumprimento pela Companhia do índice financeiro Dívida Líquida x EBITDA, única e exclusivamente para o exercício social de 2016.

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2016, o cronograma de amortização das debêntures era o seguinte:

Exercício	2016	2015
2016	-	12.204
2017	6.974	12.204
2018	6.974	2.034
2019	1.162	-
	<u>15.110</u>	<u>26.442</u>

Garantias

Para as debêntures, foram concedidas como garantia: (i) três imóveis localizados: São José do Rio Preto em valor aproximado de R\$ 18.000 (fiador), Uberlândia e Ribeirão Preto de R\$ 6.187, (ii) aplicações financeiras realizadas no montante de R\$ 8.700 (fiador), que garantem 60% do valor da operação.

Por meio da Ata da Assembleia Geral dos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples em 13 de dezembro de 2013 foi aprovada a substituição do imóvel de Uberlândia - MG fornecido em garantia das Debêntures por aplicações financeiras no montante de R\$ 4.000 (fiador).

22 Partes relacionadas

a. Controladora

Durante o exercício de 2016 e 2015, o controle da Companhia pertence à Henry Visconde.

b. Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração de pessoal chave da administração (Consolidado)

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Companhia e suas controladas, totalizou R\$ 1.838 (R\$ 1.991, em 2015).

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

- (d) Mútuo financeiro firmado com a parte relacionada Pulsare Comércio de Veículos Ltda. para suprir necessidades de capital de giro, registrado em Outros ativos.
- (e) Refere-se à compra e venda de veículos.
- (f) Refere-se à venda de ações da BVGE Comércio de Veículos Ltda.

Para os empréstimos e financiamentos tomados pelas controladas são concedidos como garantias imóvel e aval pelo controlador(Notas explicativas nº 20 e 21).

23 Adiantamentos de clientes - consolidado

	Consolidado	
	2016	2015
Adiantamentos de clientes de veículos	2.642	3.586
Adiantamentos de clientes de pós-vendas	1.957	4.486
Adiantamentos de clientes de outras receitas (i)	10.000	-
Adiantamentos de clientes de outras receitas (i) partes relacionadas (Nota explicativa nº 22)	2.085	-
	16.599	8.072

- (i) Em outubro de 2016, a Companhia recebeu adiantamento de R\$ 10 milhões referente à venda das filiais Land Rover e Audi da cidade de Porto Alegre, bem como da Audi em Caxias do Sul. Em dezembro, também houve o adiantamento de R\$ 2 milhões referente à venda da filial Land Rover situada na cidade de Uberlândia.

24 Salários, encargos sociais e tributos a recolher - consolidado

	Consolidado	
	2016	2015
Provisão de férias e 13º salário	3.298	3.007
Salários e encargos sociais	2.825	2.810
Tributos a recolher	1.600	1.537
	7.723	7.354

25 Provisões para contingências - consolidado

As controladas classificam o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos das controladas. As controladas baseadas nas normas contábeis considera não existirem riscos efetivos e não foram registradas provisões em 31 de dezembro de 2016.

Segue composição das provisões:

	2016	2015
Trabalhistas (a)	92	92
Ações de indenização (b)	524	524
Outros	36	36
	652	652

- (a) A provisão trabalhista refere-se a uma ação movida por um ex-funcionário da Companhia.
- (b) As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pela Companhia.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 31.466 (R\$ 29.498 em 2015) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	2016	2015
Tributária	22.371	21.147
Ações de indenização	8.028	7.117
Outros	1.067	1.234
	31.466	29.498

As ações tributárias referem-se a autos de infração e imposição de multa de ICMS.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 40.747.951 ações ordinárias (idêntico em 2015), pertencentes aos seguintes acionistas:

	2016	2015
	Participação	Participação
Henry Visconde	93,12%	93,12%
Raphael Giocondo Pugliese	5,18%	5,18%
Jorg Henning Dornbusch	1,70%	1,70%

Em 30 de janeiro de 2015, o acionista majoritário vendeu para Raphael Giocondo Pugliese 2.109.806 ações da Companhia.

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (c).

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76.

d. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela Companhia de seus acionistas, a serem utilizados com a finalidade de aumentar, futuramente, o capital social da sociedade.

Em 25 de fevereiro de 2016, a Companhia realizou um adiantamento para futuro aumento de capital em sua controlada BCLV Comércio de Veículos SA, no montante de R\$ 500, cuja conversão em capital social ocorrerá até 30 de abril de 2017.

27 Receita operacional

	Consolidado	
	2016	2015
Receita de venda de veículos novos	421.423	429.636
Receita da oficina	99.131	86.282
Receita de venda de veículos usados	120.677	47.667
Receita de venda de motos novas	38.090	90.605
Receita de bônus das concessionárias	25.142	24.174
Receitas de venda de peças e acessórios	14.361	11.680
Receita de locação de veículos	7.816	2.501
Receitas de agregados	13.426	8.408
Receita de venda de motos usadas	8.841	7.536
 Total da receita bruta	 748.907	 708.489
 Menos:		
COFINS sobre venda	(8.625)	(8.854)
ICMS sobre venda	(2.983)	(1.943)
PIS sobre venda	(1.661)	(1.894)
ISS sobre serviços prestados	(1.289)	(1.094)
Devoluções	(1.745)	(1.694)
 Total devoluções e impostos	 (16.305)	 (15.479)
 Total de receita	 732.604	 693.010

28 Custos por natureza

	Consolidado	
	2016	2015
Custos		
Custo de venda de veículos novos	(387.452)	(414.967)
Custo de venda de veículos usados	(124.630)	(41.120)
Custo da oficina	(59.684)	(53.882)
Custo de venda de motos novas	(33.199)	(82.670)
Custos de venda de peças e acessórios	(9.709)	(9.807)
Custo de venda de motos usadas	(8.278)	(6.899)
Custo locação de veículos	(3.328)	(2.008)
	(626.280)	(611.353)

29 Despesas comerciais por natureza

	<u>Consolidado</u>	
	2016	2015
Despesa com salários e encargos	(18.726)	(18.052)
Outras despesas	(10.736)	(9.064)
Despesa com comissão de vendas	(5.067)	(5.167)
Despesa com publicidade e propaganda	(2.985)	(4.710)
Despesa com fretes e carretos	(1.205)	(1.184)
Despesa com eventos	(731)	(880)
	<u>(39.450)</u>	<u>(39.057)</u>

30 Despesas gerais e administrativas por natureza

	<u>Consolidado</u>	
	2016	2015
Despesa com aluguéis	(12.134)	(10.006)
Despesa com depreciação e amortização	(12.304)	(9.498)
Outras despesas	(10.520)	(7.895)
Despesa com salários e encargos	(8.255)	(6.247)
Despesa com consultoria e assessorias	(2.640)	(1.743)
Despesa com telefonia e dados	(2.488)	(2.311)
Despesa com segurança	(1.609)	(1.744)
Despesa com manutenção e conservação	(1.527)	(1.543)
Despesa com energia elétrica	(1.377)	(1.305)
Despesa com material de consumo	(154)	(326)
Despesa com taxa e emolumentos	(164)	(139)
Despesa com limpeza	(125)	(1.603)
	<u>(53.297)</u>	<u>(44.360)</u>

31 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	<u>Consolidado</u>	
	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(26.774)	(16.383)
Impostos sobre operações financeiras	(2.392)	(2.947)
Despesas bancárias	(2.679)	(1.945)
Descontos concedidos	(2.039)	(1.359)
	<u>(33.884)</u>	<u>(22.634)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	106	123
Descontos obtidos	793	174
Juros e multas recebidos	241	190
	<u>1.140</u>	<u>487</u>
	<u>(32.744)</u>	<u>(22.147)</u>

32 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

31 de dezembro de 2016
Consolidado

	<u>Valor contábil</u>				<u>Valor justo</u>			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.244	-	3.244				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	25.653	-	25.653				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	96.556	96.556	-	97.389	-	97.389
Debêntures	-	-	15.110	15.110	-	15.293	-	15.293
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	81.420	81.420				

31 de dezembro de 2015

Consolidado

	<u>Valor contábil</u>				<u>Valor justo</u>			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.704	-	3.704				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	32.938	-	32.938				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	84.707	84.707	-	85.121	-	85.121
Debêntures	-	-	26.442	26.442	-	26.734	-	26.734
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	94.317	94.317				

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

31 de dezembro de 2016
Controladora

	<u>Valor contábil</u>			<u>Valor justo</u>				
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	57	-	57				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	4.068	-	4.068				

31 de dezembro de 2015

Controladora

	<u>Valor contábil</u>			<u>Valor justo</u>				
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	180	-	180				

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Valor contábil	
		2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	11	3.244	3.704
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	12	25.653	32.938

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 3.244 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.704 em 31 de dezembro de 2015), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

O saldo de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*) registrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.023.

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

As controladas acreditam que os montantes que não sofrem perda de redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

As suas controladas acreditam que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	15.517	16.410	4.068	-
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	4.554	9.476	-	-
De 31 a 60 dias	1.425	3.159	-	-
De 61 a 90 dias	2.069	755	-	-
De 91 a 180 dias	1.145	2.282	-	-
Acima de 181 dias	1.966	1.879	-	-
	26.676	33.961	4.068	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.023)	(1.023)	-	-
	25.653	32.938	4.068	-

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e as suas controladas consideram o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos vencidos há mais de 90 dias, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela administração.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, as suas controladas acreditam que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros.

Em eventuais insuficiências de capital de giro, as obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas serão liquidadas mediante aporte de recursos próprios ou de partes relacionadas.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

- Cronograma de amortização da dívida - Consolidado

31 de dezembro de 2016	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 75 Meses
Fornecedores	81.420	81.420	81.420	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	96.556	113.243	65.953	39.077	6.402	1.589	222	-
Debêntures	15.110	17.783	8.623	7.576	1.584	-	-	-

31 de dezembro de 2015	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 75 Meses
Fornecedores	94.317	94.317	94.317	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	84.707	106.063	51.473	41.634	8.298	3.552	884	222
Debêntures	26.442	31.279	15.594	13.612	2.073	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco da Companhia e de suas controladas virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI- Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Consolidado		Valor contábil	
		2016	2015
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		70.667	85.528
Empréstimos e financiamentos		44.162	29.159
Consolidado	Risco	Valor contábil	
		2016	2015
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	52.394	55.548
Debêntures	CDI	15.110	26.442

Análise de sensibilidade

As suas controladas possuem R\$ 67.504 de debêntures e empréstimos e financiamentos indexados a taxa pós-fixada, substancialmente o CDI. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2016. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2016	Risco	Cenários						
			Provável			Aumento do Índice em 25%		Aumentado Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Passivos Financeiros - Financiamentos	(52.394)	Aumento CDI	14,00	(7.335)	17,50	(9.169)	21,00	(11.003)	
Passivos Financeiros - Debêntures	(15.110)	Aumento CDI Pré-Over	13,63	(2.059)	17,04	(2.574)	20,45	(3.089)	
Total dos passivos financeiros	(67.504)	***		(9.394)		(11.743)		(14.092)	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(2.349)		(4.698)	

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2016	Risco	Cenários						
			Provável			Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Passivos Financeiros - Financiamentos	(52.394)	Redução CDI	14,00	7.335	10,50	5.501	7,00	3.666	
Passivos Financeiros - Debêntures	(15.110)	Redução CDI Pré-Over	13,63	2.059	10,22	1.544	6,82	1.030	
Total dos passivos financeiros	(67.504)	***		9.394		7.045		4.696	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						2.349		4.698	

O objetivo de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação de suas controladas e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

33 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrarem o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1
 De alavancagem financeira(*) Maior que 1

(*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
Ativo circulante	109.244	134.460
Passivo circulante	170.905	169.975
Índice de liquidez	0,64	0,79
Resultado do exercício	(20.827)	(17.971)
Patrimônio líquido	(3.803)	20.822
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	5,48	(0,86)
Resultado do exercício	(20.827)	(17.971)
Ativo total	216.480	249.191
RAT (retorno sobre o ativo total)	(0,10)	(0,07)
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	(54,80)	11,99

34 Compromissos com contratos - consolidado

Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

	Consolidado	
	2016	2015
Menos de ano	10.716	12.693
Entre um e cinco anos	19.584	34.349
Mais de cinco anos	-	897
Total	30.300	47.939

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguéis assinados, com compromisso de desembolsos anuais, conforme demonstrado no quadro acima, cuja vigência dos contratos de locação ocorrerá em média até 2019.

Os arrendamentos mercantis operacionais que a Companhia e suas controladas possuem são referentes aos prédios utilizados para instalação de suas concessionárias nas cidades de, Ribeirão Preto, São Paulo, Uberlândia, Porto Alegre, Brasília e Caxias do Sul.

35 Eventos subsequentes

Em janeiro de 2017, a Companhia efetivou a venda da filial Land Rover na cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul no valor de R\$ 10 milhões.

Em fevereiro de 2017, efetivou a venda das filiais Audi na cidade de Porto Alegre e Caxias do Sul/RS no valor de R\$ 12 milhões.

Em março de 2017, foram efetivadas as vendas da filial Land Rover na cidade de Uberlândia/MG no valor de R\$ 2 milhões e da filial Triumph em Porto Alegre foi recebido um sinal no montante de R\$ 300 mil.

Os sinais recebidos pelas negociações acima foram contabilizados em 2016 como adiantamento de clientes, no valor total de R\$ 12.000.

* * *

Composição do Conselho da Administração

Henry Visconde
Presidente

Composição da Diretoria

Henry Visconde
Diretor Presidente

Jörg Henning Dornbusch
Diretor

Contadora

Michelle Ferreira de Menezes
CRC/SP 1 SP269927/O-5